

Sonho do PMDB, desde 83, pode ser aprovado

JOÃO EMILIO FALCÃO
Repórter Especial



Ulysses: desde 83

Governo o regime parlamentarista, o presidente Ulysses Guimarães procurou o senador Amaral Peixoto, que transmitiu a proposta ao ministro Leitão de Abreu, que não o aceitou. Ele alegou que Figueiredo já retirara a sua emenda.

Leitão de Abreu teve outra oportunidade para aceitar o parlamentarismo. Os senadores Jorge Bornhausen (na época, PDS) e Afonso Camargo procuraram-no, em conjunto, para convencê-lo de que a saída para a crise seria modificar o regime. Não tiveram êxito.

CAUTELAS

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, pode favorecer o parlamentarismo. Tudo indica, porém, que, mesmo tendo sugerido-o em 83, não ficará a favor. Na prática, ele está assumindo, cada vez mais, a posição de primeiro-ministro, inclusive recebendo ministros e orientando-os sobre problemas administrativos, recomendando-lhes providências etc. Contudo, as suas simpatias pelo presidencialismo são inegáveis.

No PFL, os dois principais líderes — ministros Aureliano Chaves (Minas e Energia) e Marco Maciel (Gabinete Civil) — têm quase a mesma posição. Maciel aceita, no máximo, "um presidencialismo mitigado" e Aureliano, mesmo ressaltando que seu pai era parlamentarista, destaca, sempre, o receio com a instabilidade. A exemplo de Ulysses, Aureliano e Maciel são apontados como candidatos a Presidente da República.

O ministro Bornhausen acha que o parlamentarismo virá, mas existem dificuldades para sua implantação. Não é conveniente adotá-lo no meio de um mandato presidencial; o sistema puro, com a dissolução da Câmara, dificilmente será aprovado; o presidente da República não poderá deixar de ser eleito diretamente porque essa é uma exigência da sociedade.

As divergências começam entre os parlamentaristas. Com a experiência de 61 bem viva, o ministro Paulo Brossard não concorda com as distorções e desvios do sistema clássico. Acha que sem a dissolução da Câmara, sem o sistema especial de pesos e contrapesos, o regime não existirá e apresentará deficiências.

Bornhausen e Brossard não compreendem dois argumentos muito usados para o parlamentarismo: o de que é incompatível com a Federação e só poderá ser implantado quando os partidos estiverem fortes, estabilizados. O primeiro surgiu de uma frase de Rui Barbosa, contestada posteriormente por ele mesmo, e, no segundo, ocorre o contrário: o parlamentarismo cria, necessariamente, partidos fortes.

me cresçam na medida em que o tema seja debatido na Constituinte. Em publicação a ser distribuída, estarão declarações de líderes nacionais em favor do sistema, como as seguintes:

"O parlamentarismo é a mais aprimorada forma de governo num regime democrático. Ele tem realmente virtudes e atributos que o presidencialismo não possui. O presidencialismo é rígido, é duro, é inflexível. Já o regime parlamentar tem a flexibilidade para atender, num momento, as crises e a todas as exigências da opinião pública". Tancredo Neves, em 8 de novembro de 83.

"Entre a instabilidade do sistema parlamentar e a irresponsabilidade do sistema presidencial é mil vezes preferível o sistema parlamentar". Rui Barbosa, discurso em 1910.

"Enquanto as instituições políticas ao longo do Império tiveram uma linha evolutiva no sentido da democratização, as instituições políticas representativas do Brasil republicano marcam uma linha exatamente em sentido contrário, no sentido da autocracia e da irresponsabilidade". Paulo Brossard, em 25 de outubro de 83.

INCÓGNITA

Os parlamentaristas acreditam que se o presidente José Sarney o apoiasse, a mudança de regime seria aprovada com 90 por cento dos votos da Constituinte. Contudo, o presidente Sarney é uma incógnita. Em diversas oportunidades, ele disse a Faccioni que era parlamentarista, mas em julho último, quando este deputado lhe sugeriu que encaminhasse ao Congresso uma mensagem neste sentido, não deu resposta e mudou o assunto.

Nos últimos meses o presidente Sarney tem falado, com frequência, na necessidade de "dividir as responsabilidades", expressão que repetiu, na última quarta-feira, para os governadores. A alguns tem observado que "está cansado" e que "o Brasil é muito grande para ser governado sozinho". Não há, porém, quem revele ter ouvido dele, após sua posse na Presidência, uma palavra em favor do parlamentarismo.

Em 83, quando se discutiu a chamada emenda Figueiredo, a executiva do PMDB decidiu propor ao

Sugerido em 83 pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), ao ex-ministro Leitão de Abreu, através do senador Amaral Peixoto (RJ), então presidente do PDS, o regime parlamentarista está sendo, neste início da Constituinte, defendido por parlamentares de todos os partidos e sua aprovação parece inevitável.

Nas reuniões secretas da cúpula do PMDB três hipóteses estão sendo discutidas para o caso de a atual crise persistir: eleições presidenciais antecipadas para 88; parlamentarismo imediato e de fato com o PMDB controlando o Governo como um todo, o que está começando a ocorrer; e parlamentarismo de direito.

APOIO

Em fevereiro, quando se instalar a Constituinte, a Frente Interpartidária Parlamentarista, presidida pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), desencadeará uma campanha em defesa da mudança do regime. Nelson, candidato à Presidência do Senado, está convencido de que o parlamentarismo será aprovado pelas manifestações de apoio que tem recebido dos constituintes.

Na campanha, a Frente espera contar com a participação de políticos de grande ressonância. O ministro da Justiça, Paulo Brossard, é o mais famoso discípulo de Raul Pila e tem reafirmado, informalmente, que, fosse constituinte, votaria em favor do parlamentarismo. O ministro Jorge Bornhausen, da Educação, é autor de emenda, em tramitação, propondo a mudança do regime e jamais negou sua convicção. Ele se preocupa, apenas, com a preservação total do mandato do Presidente da República.

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que será o presidente da Grande Comissão Constitucional, é um expressivo defensor do parlamentarismo, aprovado pela Comissão de Notáveis, nomeada por Tancredo Neves, para elaborar o anteprojeto da nova Constituição. O líder do PMDB e do Governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), é a favor da mudança, frisando que apresentará emenda neste sentido.

Três homens de grande influência junto ao presidente Ulysses Guimarães, que detêm o maior poder político, são entusiastas do regime de Gabinete: o governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul; o ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, e o senador Afonso Camargo. Nas conversas com o presidente do PMDB, eles têm insistido na tese.

A Frente, através de seu secretário-geral, deputado Victor Faccioni, espera que as manifestações em favor da alteração do regi-